



O complexo de escritórios em construção no Parque das Nações terá dez edifícios, o mais alto dos quais será uma torre com 75 metros de altura

Tribunais de Lisboa a caminho da Expo

CAMPUS JUDICIÁRIO VAI CONCENTRAR VÁRIOS SERVIÇOS

Só os serviços do Palácio da Justiça vão manter-se ontem estão. Admitese que o próprio ministério saia do Terreiro do Paço e se mude para o Parque das Nações

INÊS BOAVENTURA

O Ministério da Justiça vai concentrar as instalações dos tribunais de primeira instância de Lisboa no Parque das Nações, num complexo de escritórios com dez edifícios e 200 mil metros quadrados de construção, da autoria dos arquitectos Nuno Leónidas, Miguel Rocha e Saraiva e Frederico Valsassina.

A centralização dos serviços judiciais actualmente espalhados pela cidade visa permitir uma maior celeridade processual e poupar recursos, já que os terrenos e imóveis libertos serão vendidos ou arrendados. A medida não abrange os serviços do Palácio da Justiça, que vai permanecer na Rua Marquês de Fronteira, mas pode vir a incluir alguns serviços de registo e notariado e a estrutura do próprio ministério, actualmente sediado no Terreiro do Paço.

A intenção de criar este Campus Judiciário de Lisboa já tinha sido revelada pelo ministro da Justiça, que em Abril anunciou que uma estrutura do mesmo género no Porto seria construída na freguesia de Cedofeita já a partir de 2007, por 60 milhões de euros. Segundo Alberto Costa, o *campus* no Porto vai concentrar serviços actualmente dispersos por 48 edifícios da cidade, permitindo uma poupança de mais de dois milhões de euros por ano só em rendas.

Ministério da Justiça opta por arrendamento de longa duração

Em Lisboa, os serviços judiciais vão ser concentrados no Parque das Nações, no Office Park Expo, um complexo de escritórios em construção junto ao Centro Comercial Vasco da Gama e à Avenida da Boa Esperança. O complexo tem uma área de construção de 200 mil metros quadrados, dos quais 64 mil correspondem à área de serviços, e prevê um total de dez edifícios — o mais alto será uma torre com 75 metros de altura e 17 pisos — e cerca de quatro mil lugares de estacionamento subterrâneo.

O parque de escritórios contempla ainda uma área comercial, com uma galeria de lojas ao longo da frente virada para a Alameda dos Oceanos, além de vários espaços verdes e espelhos de água. Tem certificação energética e aposta em edifícios com grandes superfícies transparentes.



Este projecto de 157 milhões de euros está a ser desenvolvido por um fundo imobiliário cujo capital é assegurado pelo Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, o Fundo de Pensões do Banco de Portugal, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e a Fundação Calouste Gulbenkian. O fundo imobiliário foi lançado pela sociedade Norfin.

O regime escolhido pelo Ministério da Justiça para este novo *campus* judiciário, pelo menos num primeiro momento, deverá ser o arrendamento de longa duração. ■